



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 10186/2010

Cessação de declaração de utilidade pública

A ATP — Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, pessoa colectiva de direito privado n.º 501070745, com sede na Rua de Fernando Mesquita, Edifício Citeve, em Vila Nova de Famalicão, veio solicitar a cessação do estatuto de utilidade pública atribuído à APIM — Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, à qual sucedeu por fusão entre esta e a APTV — Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário.

Assim, pelos fundamentos expostos nas informações constantes do processo administrativo n.º 3/VER/2010, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010:

a) Determino a cessação dos efeitos da declaração de utilidade pública proferida pelo Primeiro-Ministro, em 20 de Julho de 2000, a favor da APIM, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de Agosto de 2000;

b) Revogo o meu despacho n.º 9503/2010, de 11 de Maio de 2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 7 de Junho de 2010;

c) Determino que o presente despacho produz efeitos a 11 de Maio de 2010.

14 de Junho de 2010. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

12112010

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 123/2010

Torna-se público que S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Local, por despacho de 2 de Junho de 2010, a pedido da Câmara Municipal de São João da Madeira, declarou a utilidade pública da expropriação, e autorizou a tomada de posse administrativa, das parcelas a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

N.º parcela	Proprietário(s)	Outros interessados	Área (m²)	Matriz e freguesia		N.º da descrição do registo predial
				Rústico	Urbano	
1	Elsa Simões de Pinho Ventura.	168	—	1217	Omisso	1
2	Ermelinda Joaquina da Silva. Elsa Simões de Pinho Ventura. Rosa Maria de Pinho Araújo. Francelina de Oliveira Araújo. Neuza Maria Pinho Araújo Santos. Maria de Fátima Leite Simões Ventura. John Peter Ventura Rui Constantino Ventura	362	—	233	Omisso	2
3	Ermelinda Joaquina da Silva.	70	—	2686	Omisso	3

N.º parcela	Proprietário(s)	Outros interessados	Área (m²)	Matriz e freguesia		N.º da descrição do registo predial
				Rústico	Urbano	
	Elsa Simões de Pinho Ventura. Rosa Maria de Pinho Araújo. Francelina de Oliveira Araújo. Neuza Maria Pinho Araújo Santos. Maria de Fátima Leite Simões Ventura. John Peter Ventura Rui Constantino Ventura					

A expropriação destina-se à “Execução dos arranjos exteriores do Palácio da Justiça — Zona envolvente Sul”.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 19.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos nas Informações Técnicas n.ºs I-000887-2009 e I-001620-2009, de 22 Junho de 2009 e de 19 de Maio de 2010, respectivamente, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do Processo n.º 13.033.08/DMAJ, daquela Direcção-Geral.

Lisboa, 8 de Junho de 2010. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.

